



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS**

Concurso Público para provimento de cargos de
**Analista em Gestão Especializado de Defensoria
Ciências Contábeis**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às perguntas de números 1 a 9.

As crianças gostam de brincadeiras que sejam imitativas e repetitivas, mas, ao mesmo tempo, inovadoras. Firmam-se no que lhes é conhecido e seguro, e exploram o que é novo e nunca foi experimentado.

O termo “arremedo” pode implicar algum grau de intenção, mas imitar, ecoar ou reproduzir são propensões psicológicas (e até fisiológicas) universais que vemos em todo ser humano e em muitos animais.

Merlin Donald, em *Origens do pensamento moderno*, faz uma distinção entre arremedo, imitação e mimese: o arremedo é literal, uma tentativa de produzir uma duplicata o mais exata possível. A imitação não é tão literal quanto o arremedo. A mimese adiciona uma dimensão representativa à imitação. Em geral, incorpora o arremedo e a imitação a um fim superior, o de reencenar e representar um evento ou relação. O arremedo, segundo Donald, é visto em muitos animais; a imitação, em macacos e grandes primatas não humanos; a mimese, apenas no ser humano.

A imitação, que tem um papel fundamental nas artes cênicas, onde a prática, a repetição e o ensaio incessantes são imprescindíveis, também é importante na pintura e na composição musical e escrita. Todos os artistas jovens buscam modelos durante os anos de aprendizado. Nesse sentido, toda arte começa como “derivada”: é fortemente influenciada pelos modelos admirados e emulados, ou até diretamente imitados ou parafraseados.

Mas por que, de cada cem jovens músicos talentosos ou de cada cem jovens cientistas brilhantes, apenas um punhado irá produzir composições musicais memoráveis ou fazer descobertas científicas fundamentais? Será que a maioria desses jovens, apesar de seus dons, carece de alguma centelha criativa adicional? Será que lhes faltam características que talvez sejam essenciais para a realização criativa, por exemplo, audácia, confiança, pensamento independente?

A criatividade envolve não só anos de preparação e treinamento conscientes, mas também de preparação inconsciente. Esse período de incubação é essencial para permitir que o subconsciente assimile e incorpore influências, que as reorganize em algo pessoal. Na abertura de *Rienzi*, de Wagner, quase podemos identificar todo esse processo. Há ecos, imitações, paráfrases de Rossini, Schumann e outros – as influências musicais de seu aprendizado. E então, de súbito, ouvimos a voz de Wagner: potente, extraordinária (ainda que horrível, na minha opinião), uma voz genial, sem precedentes.

Todos nós, em algum grau, fazemos empréstimos de terceiros, da cultura à nossa volta. As ideias estão no ar, e nos apropriamos, muitas vezes sem perceber, de frases e da linguagem da época. A própria língua é emprestada: não a inventamos. Nós a descobrimos, ainda que possamos usá-la e interpretá-la de modos muito individuais. O que está em questão não é “emprestar” ou “imitar”, ser “derivado”, ser “influenciado”, e sim o que se faz com aquilo que é tomado de empréstimo.

(Adaptado de: SACKS, Oliver. **O rio da consciência**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2017, ed. digital)

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. A mimese, prática observada apenas em seres humanos, consiste na recriação de uma determinada situação a partir do arremedo ou da imitação, com a finalidade de reinterpretá-la, conferindo-lhe novo significado.
- II. Pode-se observar, a partir das brincadeiras infantis, que as crianças são atraídas tanto pelo familiar e conhecido como pelo inovador e inusitado.
- III. A imitação e o arremedo, práticas importantes para certas áreas, como o teatro, são condenáveis quando se trata de uma composição literária, já que, conforme se infere da opinião do autor, podem, nesse caso, constituir plágio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) I.

2. No contexto, afirma-se corretamente:

- (A) Em o arremedo é literal, uma tentativa de produzir uma duplicata o mais exata possível (3º parágrafo) há uma crítica enfática à prática de simular.
- (B) Esse período de incubação (6º parágrafo) refere-se aos anos de preparo imprescindíveis àqueles destituídos de audácia, confiança e pensamento independente.
- (C) A afirmativa Há ecos, imitações, paráfrases de Rossini, Schumann e outros (6º parágrafo) censura o caráter pouco criativo de Wagner.
- (D) O termo “derivada” (4º parágrafo) indica que, durante o período de aprendizagem, os jovens artistas são influenciados por outros artistas e chegam mesmo a imitá-los.
- (E) O elemento “a” retoma “cultura” no segmento Nós a descobrimos (último parágrafo).



3. ainda que horrível, na minha opinião (6º parágrafo)

O segmento sublinhado acima estabelece, no contexto, noção de

- (A) conclusão.
- (B) concessão.
- (C) finalidade.
- (D) causa.
- (E) conformidade.

4. O verbo que, no contexto, pode ser flexionado em uma forma do plural, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, está em:

- (A) ... apenas um punhado irá produzir composições musicais memoráveis...
- (B) A mimese adiciona uma dimensão representativa à imitação.
- (C) A criatividade envolve não só anos de preparação e treinamento conscientes...
- (D) ... a maioria desses jovens, apesar de seus dons, carece de alguma centelha criativa...
- (E) Merlin Donald, em *Origens do pensamento moderno*, faz uma distinção entre...

5. Será que lhes faltam características (5º parágrafo)

O segmento que exerce a mesma função sintática do sublinhado acima está também sublinhado em:

- (A) As ideias estão no ar.
- (B) A mimese adiciona uma dimensão representativa à imitação.
- (C) que as reorganize em algo pessoal.
- (D) Há ecos, imitações, paráfrases de Rossini.
- (E) A criatividade envolve não só anos de preparação e treinamento.

6. As vírgulas indicam a elipse de um verbo em:

- (A) e nos apropriamos, muitas vezes sem perceber, de frases e da linguagem da época.
- (B) Todos nós, em algum grau, fazemos empréstimos de terceiros...
- (C) O arremedo [...] é visto em muitos animais; a imitação, em macacos e grandes primatas não humanos; a mimese, apenas no ser humano.
- (D) Na abertura de *Rienzi*, de Wagner, quase podemos identificar todo esse processo.
- (E) O termo "arremedo" pode implicar algum grau de intenção, mas imitar, ecoar ou reproduzir são propensões [...] universais.

7. A imitação, que tem papel fundamental nas artes cênicas, onde a prática, a repetição e o ensaio incessantes são imprescindíveis... (4º parágrafo)

Sem prejuízo para a correção e o sentido, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:

- (A) o qual é papel fundamental
- (B) cujo papel é fundamental
- (C) onde há um papel fundamental
- (D) à qual possui um papel fundamental
- (E) pelo qual se constitui papel fundamental

8. E então, de súbito, ouvimos a voz de Wagner

Transformando-se o segmento sublinhado acima em sujeito da frase, a forma verbal resultante será:

- (A) é ouvido.
- (B) se ouvem.
- (C) é ouvida.
- (D) fomos ouvidos.
- (E) foram ouvidas.

9. Afirma-se corretamente:

- (A) No segmento *que talvez sejam essenciais para a realização criativa*, o elemento sublinhado pode ser suprimido, uma vez que se encontra diante da preposição "a".
- (B) Caso o elemento sublinhado em *A mimese adiciona uma dimensão representativa à imitação* seja substituído por "arte de imitar", o sinal indicativo de crase deve ser suprimido.
- (C) Sem prejuízo da correção e do sentido, o elemento sublinhado em *Firmam-se no que lhes é conhecido e seguro* pode ser substituído por "à elas".
- (D) Na frase "vemos em todo ser humano e em muitos animais propensões psicológicas, e até fisiológicas, à imitar", o uso do sinal indicativo de crase é adequado.
- (E) O sinal indicativo de crase no segmento *fazemos empréstimos de terceiros, da cultura à nossa volta* é facultativo e pode ser suprimido.



10. Está correta a **redação** do seguinte comentário:

- (A) Apresentam-se nas brincadeiras de fingir o impulso de imitar, frequentemente usando brinquedos para ensaiar e reprisar relações já existentes.
- (B) Constitue um arremedo, a reprodução exata de uma expressão facial, ou a duplicação exata do som de outra ave por um papagaio.
- (C) Atraído pela narrativa, não apenas as crianças solicitam e apreciam histórias contadas por adultos, mas também criam as suas próprias.
- (D) Inventar histórias e criar mitos são atividades primordialmente humanas e universais, um modo fundamental de tentar compreender o mundo que nos cerca.
- (E) No período em que se relega os problemas ao esquecimento e a mente se distrai, parece que existe uma atividade inconsciente capaz de resolver questões por si só.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 15.

Uma amiga me disse que em alguns cursos da Universidade de Princeton o celular e o tablet foram proibidos porque os estudantes filmavam e fotografavam as aulas, ou simplesmente brincavam com joguinhos eletrônicos. A proibição do uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula numa das maiores universidades dos Estados Unidos não é desprezível. O celular na palma da mão desconcentra o estudante e abole uma prática antiga: a caligrafia.

Dos milenares hieróglifos egípcios gravados em pedra e palavras escritas em pergaminho à mais recente prescrição médica, a caligrafia tem uma longa história. Mas essa história – que marca uma forte relação da palavra com o gesto da mão – parece fenecer com o advento do minúsculo teclado e sua tela.

Lembro uma entrevista com Roland Barthes, em que o crítico francês dizia que as correções das provas tipográficas dos romances de Balzac pareciam fogos de artifícios. É uma bela imagem do efeito estético da caligrafia no papel impresso. Quando pude ver essas páginas numa exposição de manuscritos, fiquei impressionado com a metáfora precisa de Barthes, e admirado com a obsessão de Balzac em acrescentar, cortar e substituir palavras e frases, e alterar a pontuação. O autor de Ilusões Perdidas não poupava esforço para alcançar o que desejava expressar, e esse empenho tão grande acabou por exauri-lo quando escrevia seu último romance.

Mas há beleza também na caligrafia torta e hesitante de uma criança, numa carta de amor escrita a lápis, na mensagem pintada à mão no para-choque de um caminhão, no muro grafitado da cidade poluída.

Num de seus poemas memoráveis, “O Sobrevivente”, Carlos Drummond de Andrade escreveu à mão e depois datilografou: “Há máquinas terrivelmente complicadas para as necessidades mais simples. / Se você quer fumar um charuto aperte um botão”.

Na mão que move a escrita há um gesto corporal atávico, um desejo da nossa ancestralidade, que a maquininha subtrai, ou até mesmo anula. Ainda escrevo alguns textos à mão, antes de digitá-los no computador. No trabalho diário de um jornalista, isso é quase impossível, mas na escrita de uma crônica, pego a caneta e o papel e exercito minha pobre caligrafia.

Talvez eu seja o antepenúltimo dinossauro. Mal escrevo essa palavra, vejo um dos minúsculos seres que se originaram de um dinossauro emplumado. É um pássaro que desconheço; pousou num galho do manacá florido, e seu canto misterioso me remete ao livro A Linguagem dos Pássaros, escrito no século 12 pelo poeta persa Farid Ud-din Attar. Nele, a caligrafia é sinônimo de “beleza da escrita, linguagem da mão e nobreza do sentimento”.

(Adaptado de: Milton Hatoum. Disponível em: cultura.estadao.com.br)

11. O autor do texto

- (A) apresenta teorias pedagógicas alinhadas com o combate do uso de máquinas na sala de aula, especialmente na universidade, e fomentar a prática de escrita manual.
- (B) enaltece o uso estético da caligrafia de frases trabalhadas por grandes escritores, como Balzac, ao passo que desmerece a caligrafia de uma criança, ainda por aprender.
- (C) valoriza o uso da palavra escrita à mão, ainda que seja num muro ou para-choque de caminhão, pois evoca um legado das gerações passadas.
- (D) destaca a contribuição do pensamento de um poeta persa do século 12 para a compreensão da importância da caligrafia nos dias atuais.
- (E) contesta os preceitos contidos nos versos de um poema de Drummond, que rejeita o uso de máquinas complexas para executar tarefas simples.



12. Considerando-se o contexto, o segmento sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *parece fenecer (extinguir-se) com o advento do minúsculo teclado e sua tela.* (2º parágrafo)
 - (B) *fiquei impressionado com a metáfora precisa (intransigente) de Barthes.* (3º parágrafo)
 - (C) *Na mão que move a escrita há um gesto corporal atávico (latente)* (6º parágrafo)
 - (D) *que a maquininha subtrai (submete)* (6º parágrafo)
 - (E) *e seu canto misterioso me remete (sujeita) ao livro A Linguagem dos Pássaros* (último parágrafo)
-
13. Constituem uma causa e seu efeito, nessa ordem, os segmentos:
- (A) *fiquei impressionado com a metáfora precisa de Barthes // pude ver essas páginas numa exposição de manuscritos.*
 - (B) *Mal escrevo essa palavra // vejo um dos minúsculos seres que se originaram de um dinossauro emplumado.*
 - (C) *É um pássaro que desconheço // pousou num galho do manacá florido.*
 - (D) *No trabalho diário de um jornalista // isso é quase impossível.*
 - (E) *os estudantes filmavam e fotografavam as aulas // em alguns cursos da Universidade de Princeton o celular e o tablet foram proibidos.*
-
14. O segmento em que se exprime noção de finalidade está em:
- (A) *as correções das provas tipográficas dos romances de Balzac pareciam fogos de artifícios.*
 - (B) *Se você quer fumar um charuto aperte um botão.*
 - (C) *esse empenho tão grande acabou por exauri-lo.*
 - (D) *O autor de Ilusões Perdidas não poupava esforço para alcançar o que desejava expressar.*
 - (E) *O celular na palma da mão desconcentra o estudante.*
-
15. Está correta a redação alternativa do seguinte segmento do texto:
- (A) Revela-se na mão que move a escrita um gesto corporal atávico e uma busca por nossa ancestralidade, cuja a maquininha subtrai ou até mesmo anula.
 - (B) A caligrafia tem uma longa história, da qual remonta os milenares hieróglifos egípcios, que já se gravava em pedra e engloba, desde as palavras escritas em pergaminho até a mais recente receita médica.
 - (C) A longa história da caligrafia, que assinala uma forte relação da palavra com o gesto da mão, parece fenecer com o surgimento do minúsculo teclado do celular.
 - (D) Embora seja quase impossível escrever textos à mão no trabalho cotidiano de um jornalista, ainda se escreve alguns, antes de lhes copiar para o computador.
 - (E) É necessária atenção a proibição de aparelhos eletrônicos em sala de aula numa das maiores universidades dos Estados Unidos, na medida que os alunos muitas vezes usavam-lhes para brincar com joguinhos eletrônicos.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

16. Considere os seguintes itens:
- I. promover a ação penal privada e a subsidiária da ação pública.
 - II. promover a ação cível em todos os atos até o final.
 - III. exercer a defesa do menor.
- Conforme estabelece a Lei Complementar nº 1/90, os itens referem-se à
- (A) princípios institucionais atribuídos à Defensoria Pública do Estado do Amazonas.
 - (B) funções institucionais atribuídas à Defensoria Pública do Estado do Amazonas.
 - (C) metas institucionais atribuídas à Defensoria Pública do Estado do Amazonas.
 - (D) missões institucionais atribuídas à Defensoria Pública do Estado do Amazonas.
 - (E) objetivos institucionais atribuídos à Defensoria Pública do Estado do Amazonas.



17. Consoante estabelece a Lei Complementar nº 1/90, é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado

- (A) receber o mesmo tratamento reservado aos Magistrados.
- (B) a inamovibilidade.
- (C) a independência funcional no desempenho de suas funções.
- (D) a irredutibilidade de vencimentos.
- (E) a estabilidade.

18. No que se refere à organização da Defensoria Pública da União, a Lei Complementar nº 80/94 estabelece que

- (A) a União terá apenas um Subdefensor Público-Geral Federal.
- (B) para o mandato do Defensor Público-Geral Federal não é permitida a recondução.
- (C) a nomeação do Defensor Público-Geral Federal é feita pelo Presidente da República e deve ser precedida de aprovação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.
- (D) o Subdefensor Público-Geral Federal será escolhido pelo Conselho Superior e nomeado pelo Presidente da República e precedido de aprovação na Câmara dos Deputados.
- (E) o Defensor Público-Geral Federal é escolhido por voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros.

19. A Constituição Federal, quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece que

- (A) é garantida a soberania dos veredictos do júri.
- (B) é inviolável a liberdade de crença, sendo vedado o anonimato.
- (C) é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, sendo exceção legal se por ordem judicial para fins de investigação civil ou criminal.
- (D) a casa é asilo inviolável do indivíduo, sendo permitido nela penetrar sem o consenso do morador por determinação judicial durante o dia nos casos de flagrante delito ou a qualquer hora para prestar socorro e no caso de desastre.
- (E) garantido o direito de propriedade, a qual atenderá sua função social, se necessário.

20. Considere os seguintes itens:

- I. Ação individual de mandado de segurança.
- II. Ação coletiva de mandado de segurança.
- III. Ação de *habeas corpus*.
- IV. Ação de *habeas data*.

A Constituição Federal estabelece que são gratuitas as ações previstas nos itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Em 31/12/2016 a Cia. Calacrada adquiriu 60% das ações da Cia. Topa Tudo por R\$ 9.000.000,00 à vista. Na data da aquisição o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Topa Tudo era R\$ 14.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 18.000.000,00, sendo que a diferença era decorrente da avaliação a valor justo de um terreno que a Cia. Topa Tudo havia adquirido dois anos antes.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017 a Cia. Topa Tudo reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido: R\$ 500.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 100.000,00 (valor negativo)

O valor reconhecido no Balanço Patrimonial individual da Cia. Calacrada, na conta Investimentos em Controladas, em 31/12/2016 e 31/12/2017 foram, respectivamente,

- (A) R\$ 10.800.000,00 e R\$ 10.980.000,00.
- (B) R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.180.000,00.
- (C) R\$ 10.800.000,00 e R\$ 11.040.000,00.
- (D) R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.240.000,00.
- (E) R\$ 8.400.000,00 e R\$ 8.700.000,00.

22. A empresa Profile S.A. adquiriu, em 31/12/2015, uma máquina por R\$ 420.000,00 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos para instalação adequada da mesma no valor de R\$ 60.000,00. Na data da aquisição, a empresa definiu que a vida útil econômica da máquina seria 6 anos e o valor residual esperado no final da vida útil seria R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da depreciação.

Em 30/06/2017, a empresa Profile S.A. vendeu esta máquina por R\$ 350.000,00 à vista. O resultado apurado na venda da máquina foi, em reais,

- (A) 27.500,00 positivos.
- (B) 17.500,00 negativos.
- (C) 12.500,00 positivos.
- (D) 57.500,00 positivos.
- (E) 70.000,00 negativos.

23. Em 31/12/2014, a Cia. Só Concreto adquiriu um equipamento por R\$ 1.300.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou que a vida útil econômica seria 10 anos e o valor residual esperado seria R\$ 300.000,00. Em 01/01/2016, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente para 8 anos e o valor residual para R\$ 200.000,00.

Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação, o valor contábil apresentado pela Cia. Só Concreto, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, foi, em reais,

- (A) 1.075.000,00.
- (B) 1.025.000,00.
- (C) 875.000,00.
- (D) 825.000,00.
- (E) 1.100.000,00.

24. A Cia. Açúcar & Sal adquiriu produtos para serem utilizados no seu processo industrial. Os produtos foram adquiridos à vista pelo valor total de R\$ 120.000,00. No valor pago pelos produtos estavam inclusos tributos recuperáveis de R\$ 25.000,00 e tributos não recuperáveis de R\$ 15.000,00. Na mesma data, a Cia. pagou frete e seguro no valor de R\$ 8.000,00 para transporte dos produtos até a empresa. Na aquisição dos produtos, a Cia. Açúcar & Sal efetuou nas contas Caixa e Estoques os seguintes lançamentos:

- (A) Débito em Estoques e crédito em Caixa, ambos no valor de R\$ 128.000,00.
- (B) Débito em Estoques e crédito em Caixa, ambos no valor de R\$ 95.000,00.
- (C) Débito em Estoques no valor de R\$ 95.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.
- (D) Débito em Estoques no valor de R\$ 80.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.
- (E) Débito em Estoques no valor de R\$ 103.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.



25. A Cia. Bana & Lara apresentava, em 31/12/2016, os seguintes saldos em algumas contas contábeis, com valores em reais:

Compras de mercadorias	15.000,00
Estoque inicial de mercadorias	35.000,00
Receita de vendas	64.000,00
Devolução de vendas	4.500,00
Estoque final de mercadorias	20.500,00
Comissões de vendas	7.000,00
Devolução de compras	4.000,00
Despesas financeiras	2.000,00
Impostos sobre vendas	9.000,00
Frete sobre vendas	3.000,00

Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto foram, respectivamente, em reais,

- (A) 25.500,00 e 18.000,00.
 (B) 25.500,00 e 25.000,00.
 (C) 28.500,00 e 25.000,00.
 (D) 28.500,00 e 18.000,00.
 (E) 25.500,00 e 15.000,00.

26. A Cia. Fantástica possuía em seu estoque um lote de mercadoria e, em 01/12/2016, vendeu 60% desse lote por R\$ 650.000,00 para ser recebido em 30/03/2018. Sabe-se que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 554.333,00, que não há incidência de qualquer tributo na compra nem na venda das mercadorias e que a taxa de juros cobrada pela empresa foi 1% ao mês.

Com base nestas informações, a Cia. Fantástica reconheceu na Demonstração do Resultado de 2016, Receita de vendas no valor de

- (A) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 95.667,00.
 (B) R\$ 650.000,00 e Despesa financeira no valor de R\$ 95.667,00.
 (C) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 5.543,33.
 (D) R\$ 650.000,00, apenas.
 (E) R\$ 554.333,00, apenas.

27. O Balanço Patrimonial de uma empresa apresentava, em 31/12/2011, o saldo contábil de R\$ 600.000,00 para um equipamento de produção, composto pelas seguintes contas, com valores em reais:

Custo de Aquisição	1.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(300.000,00)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	<u>(100.000,00)</u>
(=) Saldo Contábil	600.000,00

Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento para 5 anos restantes e identificou um valor residual de R\$ 50.000 no final desta nova vida útil. A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

No final de 2012, para a elaboração do Balanço Patrimonial, após o reconhecimento da depreciação do referido ano, a empresa identificou os seguintes valores, em reais, para a realização do teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*):

- Valor justo líquido de despesas de venda	580.000,00
- Valor em uso	585.000,00

O saldo contábil apresentado para o equipamento, no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, foi, em reais,

- (A) 490.000,00.
 (B) 570.000,00.
 (C) 580.000,00.
 (D) 585.000,00.
 (E) 590.000,00.



28. Uma empresa apresenta em seu Balanço Patrimonial um ativo intangível correspondente ao direito de uso de ativos obtidos em um leilão de privatização. A concessão foi obtida em 01/01/2010 pelo prazo de 30 anos, o valor pago foi R\$ 60.000.000,00 e a empresa passou a ter controle e fazer uso dos ativos em 01/07/2010.

O valor contábil apresentado pela empresa para este ativo intangível, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- (A) 60.000.000,00.
- (B) 52.000.000,00.
- (C) 53.000.000,00.
- (D) 48.000.000,00.
- (E) 49.000.000,00.

29. Uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 30.000.000,00 que foi contratado com taxa de juros compostos de 0,9% ao mês. O empréstimo foi liberado pela instituição financeira no dia 01/12/2012 e será liquidado em 10 parcelas semestrais de R\$ 3.984.418,94, vencendo-se a primeira parcela no dia 01/06/2013. Para a obtenção dos recursos, a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 884.384,29, fazendo com que o custo efetivo da operação fosse de 1% ao mês.

O valor do saldo contábil líquido apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2012 para o passivo relativo ao empréstimo obtido foi, em reais,

- (A) 30.270.000,00.
- (B) 29.406.771,87.
- (C) 29.377.656,25.
- (D) 30.300.000,00.
- (E) 31.193.228,13.

30. O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- (A) redução de 80.000,00.
- (B) aumento de 150.000,00.
- (C) redução de 180.000,00.
- (D) redução de 30.000,00.
- (E) aumento de 70.000,00.



31. O Patrimônio Líquido de uma empresa constituída na forma de sociedade por ações (S.A.), em 31/12/2014, apresentava a seguinte composição:

– Capital Social:	R\$ 10.000.000,00
– Reserva Legal:	R\$ 1.900.000,00
– Reserva Estatutária:	R\$ 500.000,00
– Reserva de Incentivos Fiscais:	R\$ 100.000,00

Em 2015, a empresa apurou Lucro Líquido de R\$ 2.400.000,00 que teve a seguinte destinação:

- Reserva Legal: conforme estabelecido na Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.
- Reserva para Expansão: 10% do Lucro Líquido, conforme já aprovado em Assembleia anterior.
- Dividendos Obrigatórios: 30% do Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal constituída, conforme estabelecido no Estatuto Social da empresa.
- Saldo remanescente: conforme estabelecido na Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

No Balanço Patrimonial de 31/12/2015, o valor total do Patrimônio Líquido era, em reais,

- (A) 14.216.000,00.
- (B) 14.210.000,00.
- (C) 12.840.000,00.
- (D) 14.900.000,00.
- (E) 13.970.000,00.

32. As contas componentes do balanço patrimonial de uma empresa, em 30/06/2014, apresentavam os seguintes saldos, em reais:

Caixa e Equivalentes	230.000,00	Estoque	110.000,00
Valores a Receber de Clientes	60.000,00	Fornecedores a pagar	140.000,00
Adiantamento de Clientes	100.000,00	Capital Social	260.000,00
Reservas de lucros	60.000,00	Imobilizado	160.000,00

As seguintes transações ocorreram durante o mês de julho de 2014:

Data	Operação
06/07/2014	A empresa pagou o valor de R\$ 80.000,00 para que um fornecedor lhe entregue mercadorias em 31/07/2014.
10/07/2014	A empresa vendeu a prazo, por R\$ 170.000,00, parte do estoque existente. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 90.000,00, os tributos sobre a venda totalizaram R\$ 25.000,00 e serão pagos em agosto de 2014.
15/07/2014	A empresa recebeu R\$ 60.000,00 de um cliente para entrega futura de produtos no mês de setembro de 2014.
20/07/2014	A empresa entregou mercadorias para um cliente que já havia efetuado o pagamento anteriormente. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 30.000,00.
24/07/2014	A empresa comprou, à vista, um novo lote de estoque pelo valor de R\$ 50.000,00.
30/07/2014	A empresa recebeu as mercadorias que foram pagas ao fornecedor no dia 06/07/2014.
31/07/2014	A empresa pagou os salários referentes ao mês de julho de 2014 no valor de R\$ 25.000,00.

Sabendo que o imobilizado não foi depreciado no mês, após o registro das operações apresentadas o valor total do Ativo da empresa, em 31/07/2014, foi, em reais,

- (A) 615.000,00.
- (B) 695.000,00.
- (C) 505.000,00.
- (D) 535.000,00.
- (E) 645.000,00.



33. Considere as informações a seguir referentes à aquisição e utilização de um lote de pastas para processos judiciais por uma determinada entidade pública:
- 20/10/2017: empenho da despesa para a aquisição do lote de pastas.
 - 26/10/2017: entrega do lote de pastas pelo fornecedor e início da fase da execução da despesa “em liquidação”.
 - 30/10/2017: liquidação da despesa com a aquisição do lote de pastas.
 - 10/11/2017: utilização das pastas na prestação de serviços de assistência jurídica para a população.
 - 14/11/2017: pagamento da despesa com a aquisição do lote de pastas.

De acordo com o Regime Contábil (Patrimonial), um fato modificativo ocorreu na entidade pública em

- (A) 20/10/2017.
 - (B) 26/10/2017.
 - (C) 30/10/2017.
 - (D) 10/11/2017.
 - (E) 14/11/2017.
-
34. Uma entidade pública adquiriu um imóvel que será utilizado para a prestação de serviços para a população. O processo de incluir o imóvel, mensurado pelo custo, no Balanço Patrimonial da entidade, corresponde
- (A) ao reconhecimento de um ativo imobilizado.
 - (B) ao reconhecimento de um ativo circulante.
 - (C) à definição de um ativo compensado.
 - (D) à definição de receita.
 - (E) ao reconhecimento de uma contribuição dos proprietários.
-
35. Em um ente público, uma receita de transação sem contraprestação, de acordo com as determinações da NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, é aquela oriunda de
- (A) operação de crédito de longo prazo.
 - (B) operação de crédito por antecipação da receita orçamentária.
 - (C) amortização de empréstimos concedidos.
 - (D) serviços médicos prestados por preço que corresponde ao seu valor justo.
 - (E) doação em dinheiro recebida sem condições a ela relacionadas.
-
36. De acordo com a NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação, uma das condições que deve ser satisfeita para que ocorra o reconhecimento da receita decorrente da venda de bens é
- (A) a entidade vendedora manter todos os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos bens vendidos.
 - (B) a entidade vendedora manter envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado ao efetivo controle de tais bens.
 - (C) o valor da receita poder ser mensurado confiavelmente.
 - (D) os benefícios econômicos ou potencial de serviços associados à transação corresponderem a um aumento de passivo.
 - (E) os custos incorridos na transação e os custos para concluir a transação corresponderem a um aumento de ativo.
-
37. Durante a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, no primeiro trimestre de 2016, um ente público verificou, em 17/03/2016, que havia sido citado como réu em um processo judicial na área tributária. Nesta mesma data, o setor jurídico do ente público julgou que existia a obrigação e a saída de recursos que incorporavam benefícios econômicos ou potencial de serviços era provável, contudo, não era possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. Em 31/12/2016, o julgamento do setor jurídico sobre o referido processo judicial continuava o mesmo. De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, nas demonstrações contábeis referentes ao exercício financeiro de 2016, o ente público
- (A) evidenciou um passivo contingente em Notas Explicativas.
 - (B) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial.
 - (C) reconheceu uma variação patrimonial diminutiva na Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - (D) reconheceu um passivo contingente no Balanço Patrimonial.
 - (E) evidenciou uma variação quantitativa na situação Patrimonial Líquida.



38. Uma entidade pública realizou as seguintes movimentações no estoque de um dos itens de material de consumo durante o mês de novembro de 2017:

Data	Operação	Quantidade (em unidades)	Preço de compra unitário (em R\$)
03/11	Compra	200	10,00
06/11	Consumo	150	-
14/11	Compra	200	11,00
20/11	Consumo	180	-
23/11	Compra	70	10,90
29/11	Consumo	100	-

A entidade pública não apresentava estoque inicial e adota o critério do custo médio ponderado para mensuração dos estoques. Com base na NBC TSP 04 – Estoques, o valor da variação patrimonial diminutiva reconhecida em novembro de 2017 foi, em reais,

- (A) 4.527,00.
(B) 4.529,00.
(C) 4.563,00.
(D) 4.570,00.
(E) 4.963,00.
-
39. Uma entidade pública adquiriu, em 31/10/2016, um veículo no valor de R\$ 86.400,00, cuja vida útil econômica e valor residual, nesta mesma data, foram estimados, respectivamente, em 6 anos e R\$ 18.000,00. Sabendo que o método de depreciação utilizado pela entidade pública é o das quotas constantes, o valor da variação patrimonial diminutiva reconhecida em 2016 referente ao veículo adquirido em 31/10/2016 foi, em reais,
- (A) 11.400,00.
(B) 950,00.
(C) 1.900,00.
(D) 1.200,00.
(E) 2.400,00.
-
40. Em 31/12/2016, uma entidade pública anulou o empenho, no valor de R\$ 13.500,00, referente à despesa com a aquisição de material de consumo. Entretanto, em 03/01/2017, o fornecedor entregou o material conforme prazo contratado com a entidade pública. O material adquirido foi utilizado pela entidade pública em 16/01/2017. Nesse caso, em 03/01/2017, ocorreu
- (A) a liquidação de restos a pagar não processados.
(B) o empenho de despesa no elemento de despesa Material de Consumo.
(C) um fato modificativo que aumentou o passivo.
(D) um fato permutativo que aumentou o ativo.
(E) uma Despesa de Exercício Anterior que diminuiu a situação patrimonial líquida.
-
41. Para o registro contábil da previsão inicial da receita orçamentária, são utilizadas contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público das classes
- (A) 5 e 6.
(B) 1 e 2.
(C) 6 e 8.
(D) 3 e 4.
(E) 4 e 5.



42. Considere as transações a seguir ocorridas em novembro de 2017 em uma entidade pública:

- Lançamento e arrecadação de receita de prestação de serviços no valor de R\$ 3.000.000,00.
- Pagamento dos salários dos servidores, referente a outubro de 2017, no valor de R\$ 7.950.000,00.
- Empenho e liquidação de despesa com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a novembro de 2017, no valor de R\$ 8.700.000,00.
- Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 569.000,00.
- Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 128.000,00.
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável referente ao ativo intangível no valor de R\$ 327.000,00.
- Pagamento de restos a pagar processados referentes a despesas com serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 422.000,00.

No mês de novembro de 2017, as transações independentes da execução orçamentária, em conjunto, geraram uma redução do resultado patrimonial da entidade pública de, em reais,

- (A) 6.724.000,00.
- (B) 5.372.000,00.
- (C) 6.122.000,00.
- (D) 1.024.000,00.
- (E) 5.700.000,00.

43. Considere os dados a seguir extraídos das demonstrações contábeis consolidadas de um ente público referentes ao exercício financeiro de 2016:

Receita Lançada.....	R\$ 235.000.000,00
Receita Arrecadada.....	R\$ 218.400.000,00
Dotação Atualizada	R\$ 254.000.000,00
Despesa Paga.....	R\$ 193.000.000,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2016	R\$ 55.300.000,00
Devolução de Depósito Caução.....	R\$ 4.200.000,00
Pagamento de Restos a Pagar.....	R\$ 16.850.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 2.670.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 1.223.000,00

Com base nessas informações,

- (A) a variação no saldo em espécie evidenciada, no Balanço Financeiro, referente ao exercício financeiro de 2016, foi positiva em R\$ 4.350.000,00.
- (B) a receita realizada evidenciada, no Balanço Orçamentário, referente ao exercício financeiro de 2016, conforme Lei nº 4.320/1964, foi R\$ 235.000.000,00.
- (C) a economia orçamentária evidenciada, no Balanço Orçamentário, referente ao exercício financeiro de 2016 foi R\$ 61.000.000,00.
- (D) os pagamentos extraorçamentários evidenciados, no Balanço Financeiro, referente ao exercício financeiro de 2016 totalizaram R\$ 22.273.000,00.
- (E) o resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2016, conforme Lei nº 4.320/1964, foi deficitário em R\$ 29.900.000,00.

44. Considere os itens, a seguir, do patrimônio de uma entidade pública em 31/12/2016:

- I. Valores pagos a título de prêmio de seguros que deverão ser totalmente apropriados durante o exercício financeiro de 2017.
- II. Obrigações por danos causados a terceiros e que deverão ser totalmente pagas no exercício financeiro de 2018.
- III. Superávits acumulados de exercícios anteriores.

No Balanço Patrimonial de 31/12/2016, os itens I, II e III foram classificados, respectivamente, como Ativo

- (A) Circulante, Passivo Circulante e Passivo não Circulante.
- (B) não Circulante, Passivo não Circulante e Passivo não Circulante.
- (C) Permanente, Passivo Financeiro e Passivo não Circulante.
- (D) Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido.
- (E) Financeiro, Passivo Financeiro e Patrimônio Líquido.



45. Em 09/01/2017, a repartição competente de uma determinada entidade pública estadual verificou a procedência de crédito referente a "Taxas pela Prestação de Serviços" e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Em 20/02/2017, o devedor pagou a taxa em uma instituição financeira autorizada pela entidade e, em 24/02/2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a receita orçamentária classifica-se quanto à
- (A) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 09/01/2017 ocorreu a inscrição da receita orçamentária.
 - (B) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 24/02/2017 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária.
 - (C) espécie em Taxas, sendo que em 09/01/2017 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.
 - (D) espécie em Impostos, sendo que em 20/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.
 - (E) espécie em Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, sendo que em 24/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.

46. Considere as transações ocorridas no mês de setembro de 2017 em uma determinada entidade pública estadual:
- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. A despesa foi liquidada e paga em 04/10/2017 pelo valor do empenho.
 - Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, referente à manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 5.000,00. A despesa foi liquidada em 06/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
 - Empenho e liquidação de despesa referente à amortização do principal da dívida pública interna no valor de R\$ 650.000,00. A despesa foi paga em 02/10/2017 pelo valor do empenho.
 - Empenho de despesa referente a juros da dívida pública mobiliária no valor de R\$ 7.000,00. A despesa foi liquidada em 04/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00. A despesa foi liquidada em 03/11/2017 e paga em 10/11/2017 pelo valor do empenho.
 - Empenho de despesa referente à ampliação do edifício-sede da entidade, com aumento dos benefícios econômicos do ativo, no valor de R\$ 50.000,00. A despesa foi liquidada em 02/10/2017 e paga em 13/11/2017.
 - Devolução de depósito caução recebido no valor de R\$ 40.000,00.
 - Reconhecimento do ajuste de perdas com material de consumo no valor de R\$ 9.000,00. O material de consumo foi adquirido em janeiro de 2017.

Com base nessas informações, o total da despesa corrente que impactou o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, referente ao exercício financeiro de 2017 foi, em reais,

- (A) 782.000,00.
 - (B) 92.000,00.
 - (C) 82.000,00.
 - (D) 42.000,00.
 - (E) 35.000,00.
47. Em 09/01/2017, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública emitiu empenho no valor de R\$ 300,00 referente a um suprimento de fundos para custear despesas com pedágios para viagem de um servidor por interesse da administração da entidade. Em 10/01/2017, a despesa foi liquidada e paga pelo valor total empenhado e a prestação de contas do saldo utilizado foi realizada pelo suprido em 06/02/2017. De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o empenho emitido em 09/01/2017 deve ser classificado no elemento de despesa
- (A) Passagens e Despesas com Locomoção, sendo que uma variação patrimonial diminutiva foi reconhecida em 06/02/2017.
 - (B) Passagens e Despesas com Locomoção, sendo que uma variação patrimonial diminutiva foi reconhecida em 09/01/2017.
 - (C) Auxílio-Transporte, sendo que uma variação patrimonial diminutiva foi reconhecida em 09/01/2017.
 - (D) Auxílio-Transporte, sendo que uma variação patrimonial diminutiva foi reconhecida em 10/01/2017.
 - (E) Suprimento de Fundos, sendo que uma variação patrimonial diminutiva foi reconhecida em 06/02/2017.



48. Em 25/11/2016, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública emitiu empenho no valor de R\$ 60.000,00 para aquisição de um veículo. Em 30/12/2016, o veículo foi entregue pelo fornecedor e o ativo foi reconhecido pela entidade, no entanto, a despesa foi liquidada e paga somente em 05/01/2017, pelo valor total empenhado. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 31/12/2016, o valor de R\$ 60.000,00 foi inscrito em Restos a Pagar
- (A) Processados, sendo que o pagamento em 05/01/2017 corresponde a uma despesa extraorçamentária.
 - (B) não Processados a Liquidar, sendo que o pagamento em 05/01/2017 corresponde a uma despesa orçamentária.
 - (C) não Processados a Liquidar, sendo que o pagamento em 05/01/2017 corresponde a uma despesa extraorçamentária.
 - (D) não Processados em Liquidação, sendo que o pagamento em 05/01/2017 corresponde a uma despesa orçamentária.
 - (E) não Processados em Liquidação, sendo que o pagamento em 05/01/2017 corresponde a uma despesa extraorçamentária.
-
49. Em 01/06/2017, uma determinada entidade pública estadual recebeu uma transferência voluntária de recursos no valor de R\$ 890.000,00 a título de assistência financeira, cujo transferidor foi o governo federal. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a transação realizada em 01/06/2017 gerou uma transferência
- (A) intergovernamental, sendo que no ente transferidor esta deve ser contabilizada como uma despesa.
 - (B) intergovernamental, sendo que no ente transferidor esta deve ser contabilizada como uma dedução de receita.
 - (C) intragovernamental, sendo que no ente transferidor esta deve ser contabilizada como uma despesa.
 - (D) intragovernamental, sendo que no ente transferidor esta deve ser contabilizada como uma dedução de receita.
 - (E) intragovernamental, sendo que no ente transferidor esta deve ser contabilizada como uma variação patrimonial aumentativa.
-
50. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o demonstrativo relativo à apuração da receita corrente líquida deve acompanhar o
- (A) Relatório de Gestão Fiscal, sendo que para o cálculo dessa deve-se somar, entre outras, a receita industrial, a de serviços e outras receitas correntes.
 - (B) Relatório de Gestão Fiscal, sendo que para o cálculo dessa deve-se somar, entre outras, a receita tributária, a de alienação de bens e outras receitas correntes.
 - (C) Relatório de Gestão Fiscal, sendo que para o cálculo dessa deve-se somar, entre outras, a receita agropecuária, a de serviços e transferências correntes.
 - (D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária, sendo que para o cálculo dessa deve-se somar, entre outras, a receita agropecuária, a de serviços e transferências correntes.
 - (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária, sendo que para o cálculo dessa deve-se somar, entre outras, a receita tributária, a de alienação de bens e outras receitas correntes.
-
51. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos deve ser apresentada no Anexo de
- (A) Metas Fiscais, integrante do Plano Plurianual.
 - (B) Metas Fiscais, integrante da Lei Orçamentária Anual.
 - (C) Riscos Fiscais, contido na Lei Orçamentária Anual.
 - (D) Metas Fiscais, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) Riscos Fiscais, contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-
52. O ordenador de despesa de uma determinada entidade pública emitiu empenho em 02/12/2016 no valor de R\$ 3.000,00 referente à aquisição de material de consumo. Em 30/12/2016, o material adquirido foi entregue pelo fornecedor, no entanto, em decorrência de erros nos procedimentos internos da entidade, em 31/12/2016, o empenho no valor de R\$ 3.000,00 foi cancelado, sendo que um novo empenho foi emitido, liquidado e pago em 03/01/2017. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a despesa referente ao empenho emitido em 03/01/2017 deve ser classificada no elemento de despesa
- (A) Material de Consumo.
 - (B) Suprimento de Fundos.
 - (C) Equipamentos e Material Permanente.
 - (D) Despesa de Exercícios Anteriores.
 - (E) Indenizações e Restituições.



53. O documento editado pelo Instituto Rui Barbosa, em 2010, denominado Normas de Auditoria Governamental Aplicáveis ao Controle Externo – NAGs,
- (A) está organizado em 6 grupos de normas, cada qual destinando à observância pelos poderes executivo, legislativo e judiciário.
 - (B) utiliza, nas normas, a expressão *accountability* para se referir ao dever de prestar contas.
 - (C) não indica como intenção das NAGs oferecer critérios para a avaliação de desempenho dos profissionais de auditoria governamental.
 - (D) determina que as NAGs se destinam a procedimentos de Controle Externo, deixando de mencionar, portanto, os chamados Sistemas de Controle Interno – SCI.
 - (E) aborda a NAG 3000 que versa, especificamente, acerca de auditoria operacional.
-
54. O Tribunal de Contas é uma secular Instituição Brasileira com assento constitucional desde a carta de 1891, cujas competências foram confirmadas e expandidas pela Constituição Federal de 1988, que encarrega o Tribunal de Contas de
- (A) registrar as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - (B) julgar as contas do Presidente da República.
 - (C) apreciar a legalidade das melhorias posteriores das aposentadorias e pensões, ainda que sob o mesmo fundamento legal do ato concessório.
 - (D) nomear um de seus servidores para integrar o Tribunal como Ministro.
 - (E) realizar auditorias por iniciativa própria.
-
55. A obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade é o objetivo
- (A) dos testes de políticas públicas.
 - (B) da auditoria operacional.
 - (C) dos testes substantivos.
 - (D) dos testes de observância.
 - (E) dos testes de investigação e confirmação.
-
56. Analisando uma série de notas fiscais em processos relativos a adiantamentos de fundos, o servidor encarregado do controle interno lembrou-se de ter visto o nome do mesmo estabelecimento comercial em outro processo que já havia sido aprovado.
- Ele procedeu à recuperação do processo no arquivo e, comparando documentos, pôde averiguar que se tratava da imagem do mesmo cupom fiscal juntado em duas prestações de contas.
- Acerca dessa situação hipotética,
- (A) não deveria ter o controlador interno se socorrido de sua memória, pois excedeu a amplitude definida no planejamento de auditoria, tendo o desarquivamento e a análise do documento ocorrido fora das hipóteses previstas nas normas de auditoria.
 - (B) ainda que se apure irregularidade, não há o que ser feito em relação à primeira prestação de contas de adiantamento, haja vista a sua aprovação.
 - (C) da simples narrativa acima conclui-se que ocorreu fraude, que, por configurar crime, deve ser de imediato comunicada à autoridade policial.
 - (D) apenas da narrativa acima não se conclui que ocorreu fraude, mas o papel pode constituir evidência de auditoria em processo administrativo.
 - (E) a assinatura do superior hierárquico do servidor em alcance supre o vício de duplicidade.



57. De acordo com a NBC TP 01 – Norma Técnica de Perícia Contábil, o Termo de Diligência é o instrumento por meio do qual o Perito
- (A) solicita quaisquer informações necessárias à elaboração do laudo pericial.
 - (B) apresenta o resultado final de seu trabalho pericial.
 - (C) apresenta sua proposta de trabalho, juntamente com o orçamento estimativo.
 - (D) exime-se da responsabilidade de atestar fatos diversos dos analisados, que são dados como incontroversos.
 - (E) compromete-se a cumprir as normas de contabilidade.
-

58. De acordo com a Lei nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF,
- (A) as contas anualmente prestadas pela Defensoria Pública do Estado devem ser juntadas àquelas do Chefe do Poder Executivo para receber parecer prévio em separado do respectivo Tribunal de Contas.
 - (B) o incentivo à participação popular na elaboração do orçamento não está entre suas disposições.
 - (C) a transparência será assegurada por meio da liberação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público.
 - (D) o Relatório de Gestão Fiscal é documento de periodicidade bimestral que pode ser editado alternativamente ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
 - (E) o ordenador de despesa tem responsabilidade exclusiva quanto ao cumprimento da LRF até o final do exercício financeiro, não cabendo ao Tribunal de Contas fazer qualquer sorte de advertência ou alerta.
-

59. Risco de amostragem pode ser definido como
- (A) o risco de que a conclusão do auditor seja errônea por empregar inadequadamente a técnica de circularização.
 - (B) o risco de que a conclusão do auditor tenha sido tomada sujeitando toda a população ao mesmo procedimento de auditoria.
 - (C) o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser igual se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
 - (D) o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
 - (E) a distorção ou o desvio que é comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população.
-

60. O Tribunal de Contas, no julgamento dos demonstrativos relativos ao exercício financeiro de 2016, determinou que se realizasse uma auditoria do saldo "restos a pagar", por esse ter apresentado crescimento exagerado e progressivo nos últimos exercícios.

A Controladoria Interna do órgão procedeu a inspeção do saldo, constatando as seguintes irregularidades:

- I. na mesma rubrica "restos a pagar" estão evidenciados tanto notas fiscais com aceite, quanto empenhos não liquidados;
- II. há empenhos dos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 integrando o saldo;
- III. todos os pagamentos à conta da rubrica são realizados pelo setor responsável observando o procedimento de reconhecimento de dívida, ainda que a liquidação tenha ocorrido no exercício financeiro imediatamente anterior ao do pagamento.

Considerando tal situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) a análise não poderia ter sido instalada de ofício na Controladoria Interna, pois não é sua atribuição apoiar a missão institucional do Tribunal de Contas.
 - (B) o Tribunal de Contas não tem competência para formular tal determinação, pois somente a autoridade maior do órgão ou o Poder Judiciário podem verificar ilegalidades na conduta administrativa.
 - (C) as eventuais evidências de falhas atinentes à prescrição, à não distinção das despesas processadas das não processadas e ao excesso administrativo no pagamento de dívida líquida e certa devem ser relatadas à administração superior.
 - (D) o relatório pode ser arquivado mesmo sem comunicação à administração superior e ao Tribunal de Contas.
 - (E) a auditoria da conta "restos a pagar" não é relevante para o controle interno, pois se referem a movimentações extraorçamentárias.
-



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos, etc); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 9.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

QUESTÃO 1

Em 02/09/2016, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública estadual emitiu dois empenhos. O primeiro, no valor de R\$ 9.000,00, referente à aquisição de materiais a serem consumidos para a prestação de serviços pela entidade, para fins comerciais, a preços que correspondem ao valor justo. O segundo, no valor de R\$ 2.000,00, referente à aquisição de materiais para distribuição gratuita.

Em 23/09/2016, os materiais referentes a ambos os empenhos foram entregues pelos fornecedores e estavam disponíveis para uso ou distribuição pela entidade. No entanto, a liquidação das duas despesas, pelos valores dos empenhos emitidos em 02/09/2016, somente ocorreu em 26/09/2016. No dia 30/09/2016, as despesas foram pagas pelos valores empenhados.

Em 09/12/2016, constatou-se que os materiais adquiridos para serem consumidos na prestação de serviços da entidade ainda não haviam sido utilizados e, nesta mesma data, verificou-se que parte dos materiais estavam danificados e, conseqüentemente, um ajuste de perdas de estoques no valor de R\$ 1.500,00 foi reconhecido em tal data.

Em 23/12/2016, um evento foi promovido pela entidade pública e, durante o evento, 50% dos materiais adquiridos para distribuição gratuita foram entregues aos beneficiários.

Em 31/12/2016, constatou-se que para adquirir a mesma quantidade de materiais para distribuição gratuita presente no estoque em tal data, 31/12/2016, a entidade incorreria em um custo total de R\$ 1.300,00.

Com base nessas informações e sabendo que não havia estoques iniciais, PEDE-SE:

- a. De acordo com as determinações da NBC TSP 04 – Estoques, como os estoques de materiais de consumo e de distribuição gratuita da entidade pública estadual devem ser mensurados?
- b. As transações ocorridas no mês de setembro de 2016 impactaram o ativo permanente da entidade pública estadual? Caso positivo, em qual data e por qual valor?
- c. As transações ocorridas durante o exercício financeiro de 2016 reduziram o resultado de execução orçamentária da entidade pública estadual, conforme Lei nº 4.320/1964? Caso positivo, em qual data e por qual valor?
- d. As transações ocorridas durante o exercício financeiro de 2016 reduziram o resultado patrimonial da entidade pública estadual? Caso positivo, em qual data e por qual valor?
- e. Qual o valor dos estoques evidenciado no Balanço Patrimonial da entidade pública estadual referente a 31/12/2016?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	



13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO